"MEU CORPO É MEU TERRITÓRIO": POR UMA ABORDAGEM DO CORPO COMO TERRITÓRIO

"MY BODY IS MY TERRITORY": AN APPROACH TO THE BODY AS A TERRITORY

"MON CORPS EST MON TERRITOIRE": POUR UNE APPROCHE DU CORPS COMME TERRITOIRE.

Wilians Ventura Ferreira Souza
Universidade Estadual Paulista (UNESP)
wilians.ventura@unesp.br

RESUMO

Este artigo tem por objetivo apresentar uma nova possibilidade de interpretação e investigação geográfica a partir do corpo, sobretudo, do corpo de pessoas LGBTQIA+. O manuscrito estabelece um diálogo com as diferentes pesquisas e produções que vêm sendo construídas no Brasil sobre a temática do corpo na geografia. Identificou-se a partir desses estudos que o conceito de território vem sendo pouco trabalhado, dando ênfase, principalmente, para o conceito de espaço a partir das relações corpóreo-espaciais e didático-pedagógicas. Entretanto, o território enquanto frações de disputas, conflitualidades, resistências e contra-resistências, também se expressa e se materializa nos diferentes corpos sob diferentes intencionalidades. Observou-se a partir das entrevistas que o corpo não é somente a representação ou a materialização da nossa existência, é também um território produzido constantemente e dialeticamente a partir das vontades, intencionalidades e mobilizações, o corpo é um território em disputa pelos movimentos socioespaciais e socioterritoriais, pelo Estado, pela igreja e outras instituições que interferem e produzem significados distintos sobre ele. Para alcançar o objetivo alvitrado foi realizado um levantamento bibliográfico centralizado em algumas temáticas como corpo, espaço, território e diversidade sexual e de gênero, também foram aplicadas 7 entrevistas semiestruturadas a sujeitos LGBTQIA+ atuantes em movimentos socioespaciais e socioterritoriais do Estado de São Paulo.

Palavras-chave: Território; Corpo; Diversidade.

ABSTRACT

This article aims to present a new possibility of interpretation and geographical investigation of the body, especially from LGBTQIA+ bodies. The manuscript establishes a dialogue with different researches and scientific products about the body that has been developed in Brazil from a geographical point of view. From those studies, one identified that the concept of territory hasn't been quite employed and that most of them have been

focused on the space as the idea of corporal-spatial and didactic-pedagogic relations. However, the territory as fractions of disputes, conflictualities, resistance, and against-resistance also express and materializes itself on different bodies under different intentionalities. From the interviews, it was observed that the body is not only a representation or materialization of our existence but it is also a territory constantly and dialectically produced from our desires, intentionalities, and mobilization, the body is a territory in conflict by socio-spatial and socio-territorial movements, the State, the Church, and many others institutions that interfere and produce distinct meanings of it. To reach our aimed goal, we executed a bibliographic survey focused on some themes such as the body, the space, the territory, and sexual and gender diversity also was applied in seven semi-structured interviews on LGBTQIA+ individuals who participate in socio-spatial and socio-territorial movements in the State of Sao Paulo.

Keywords: Territory; Body; Diversity;

RÉSUMÉ

Cet article a comme objectif présenter une nouvelle possibilité d'interprétation et d'investigation géographique à partir du corps, surtout, à partir du corps des personnes LGBTQIA+. Le manuscrit fait un dialogue avec les différentes recherches et productions scientifiques qui viennent d'être développées au Brésil sur la thématique du corps dans la Géographie. À partir de ces études, on a identifié que le concept de territoire est peu travaillé, en privilégiant le concept d'espace à partir des relations spatiales du corps et didactique pédagogiques. Cependant, le territoire, tandis que fractions de disputes, conflictualités, résistances et contre-résistances, aussi s'expriment et se matérialisent aux différents corps sous différentes intentionnalités. On a observé, à partir des entretiens, que le corps n'est pas seulement une représentation ou matérialisation de notre existence, mais aussi un territoire qui se produit constamment et dialectiquement à partir de nos envies, intentionnalités et mobilisations, le corps est un territoire en dispute pour les mouvements socio-spatiales et socio-territoires, pour l'État, l'église et pour autres institutions qui interviennent et produisent des sens distinctes sur lui. Pour atteindre notre objectif, on a fait une recherche bibliographique centralisée en quelques thématiques comme le corps, l'espace, le territoire et la diversité sexuelle et de genre, on été appliqué également sept entretiens demi-structurés aux personnes LGBTQIA+ qui font partie aux mouvements socio-spatiaux et socio-territoires dans l'État de São Paulo.

Mots-clés: Territoire; Corps; Diversité;

INTRODUÇÃO

O presente artigo é resultado de três anos de pesquisa e investigação em torno dos movimentos socioespaciais e socioterritoriais que lutam pela diversidade sexual e de gênero no Estado de São Paulo. O título deste artigo, "meu corpo é meu território", exemplifica de forma assertiva o conteúdo que será aqui trabalho, isto é, o corpo como um território em disputa pelos movimentos socioespaciais e socioterritoriais, Estado, igreja e outras instituições que produzem significado sobre ele. Para tal feito foi realizada uma revisão bibliográfica em torno do conceito, bem como a aplicação de entrevistas semiestruturadas a sujeitos que compõem o movimento LGBTQIA+ (lésbicas, gays, bissexuais, travestis, transexuais, transgêneros, *queer*, intersexuais e assexuais).

O objetivo da pesquisa que estimulou a construção deste artigo era investigar o surgimento, historicidade, as dinâmicas espaciais, econômicas, políticas, as espacialidades e territorialidades do Movimento LGBT de Presidente Prudente - SP, bem como analisá-lo a partir da abordagem socioespacial e socioterritorial desenvolvida por Fernandes (1999; 2000; 2001; 2008; 2009; 2012; 2020) e potencializada por Sobreiro Filho (2016; 2017), Silva (2018), Mizusaki (2017), Nascimento (2012), Sant'Anna (2017), Fernandes e Welch (2019), Pedon e Dalpério (2014), Campos e Fernandes (2019) e Halvorsen, Fernandes e Torres (2019).

Naquele momento da investigação, identificou-se a partir das entrevistas semiestruturadas uma série de questões que atravessavam a concepção rígida de território, bem como de outros conceitos amplamente utilizados pela ciência geográfica. Identificou-se nas falas das pessoas entrevistadas alguns subsídios e indícios para a interpretação do corpo como território em disputa a partir das conflitualidades existentes em diferentes contextos socioespaciais em que essas pessoas estavam inseridas.

O ponto em comum observado nas falas dos sujeitos, se dava em torno da diversidade e das dificuldades de estes ocuparem determinados espaços da cidade e, também, dos diferentes conflitos estabelecidos a partir de seus corpos, sobretudo, em relação as travestis, transexuais e transgêneros e homens homossexuais que possuem uma *performance* mais afeminada.

Assim, este artigo tem como finalidade alcançar um aprofundamento das discussões e a consolidação de alguns objetivos e temas que perpassam a escala dos

sujeitos e movimentos socioespaciais e socioterritoriais que lutam pela liberdade e diversidade sexual e de gênero. Entretanto, o enfoque se dará torno da escala do corpo, entendendo-o como um território vivo que atravessa e é atravessado pelas relações e interações que se dão e se estabelecem nos diferentes espaços da cidade. Esta construção perpassa duas maneiras distintas de construir e dialogar: 1) abordagem conceitual e teórica 2) analítica e empírico-prática.

Este artigo está dividido em três seções: 1) Procedimentos metodológicos 2) O corpo como território 3) O corpo ainda em questão: as geografias que se fazem a partir das histórias, subjetividades e identidades. Na seção um, são apresentadas as metodologias adotadas para construção do artigo. Na seção dois, é estabelecido um contato mais próximo e íntimo em torno do corpo como território. E, por fim, na seção três, são evidenciados alguns aspectos das falas das pessoas entrevistadas em relação aos seus corpos e a compreensão do corpo enquanto território.

PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Para uma melhor fundamentação teórica e para o entendimento e aprofundamento de alguns conceitos, foi realizada uma revisão bibliográfica em torno dos temas que atravessam a diversidade sexual e de gênero no Brasil. Os temas centrais foram: Movimentos Sociais, Movimentos Socioespaciais e Socioterritoriais, LGBTQIA+, Diversidade Sexual, Diversidade de Gênero, Movimento LGBTQIA+ organizado, Violência contra LGBTQIA+, Território, Territorialidade, Espaço, Espacialidade, Rede, Corpo, Corporeidades e Saúde. A revisão bibliográfica foi realizada através da pesquisa nas plataformas Minerva, Capes, Scielo, Athena, Google Acadêmico, Revistas Virtuais e Biblioteca Digital da USP. O levantamento bibliográfico, pesquisa documental e os espaços de discussões construídos em torno dos temas aqui expostos contribuíram significativamente para colorir a discussão em torno do corpo enquanto conceito.

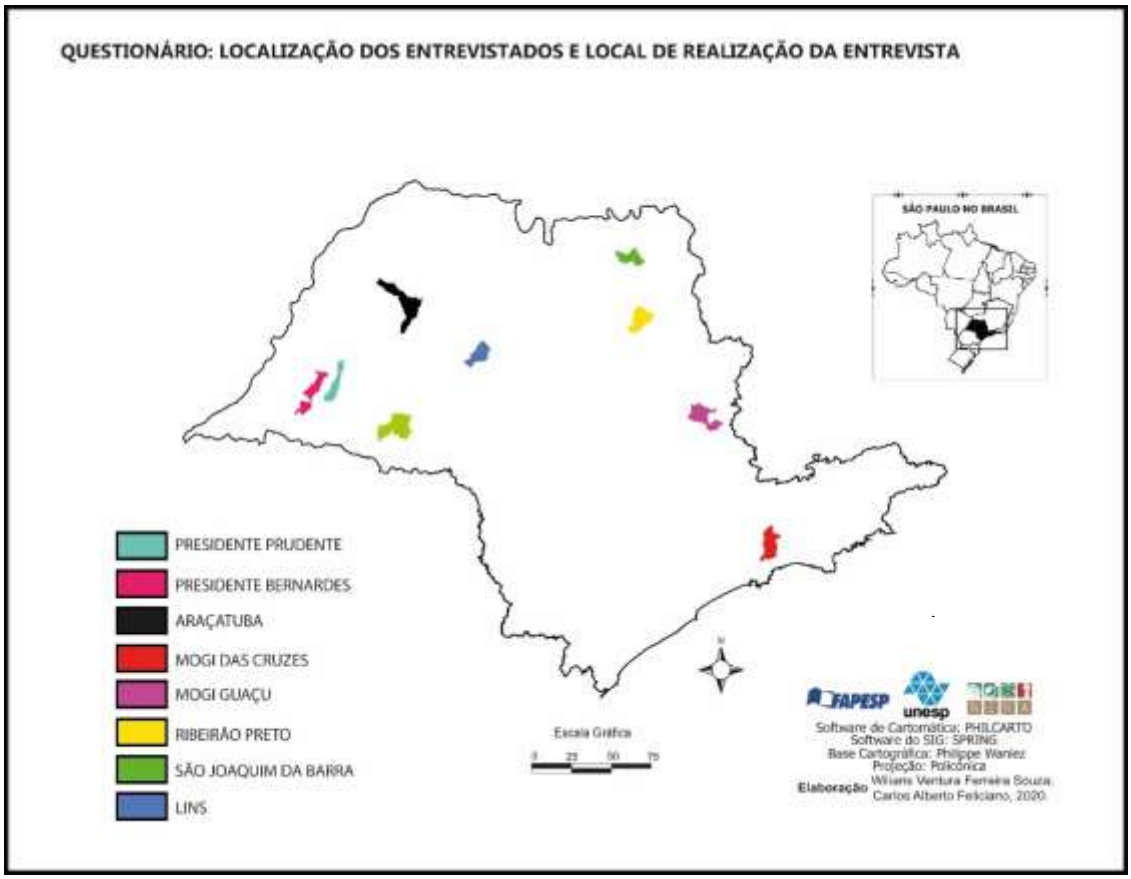
Para além do debate teórico em torno do levantamento bibliográfico, foram aplicadas entrevistas semiestruturadas a militantes do Movimento LGBTQIA+ atuantes no estado de São Paulo – Mapa 1. Foram entrevistadas sete pessoas que atuam em movimentos e coletivos que lutam pela liberdade de seus corpos e vidas atravessando os temas da diversidade sexual e de gênero – Quadro 1.

Quadro 1 - Descrição dos entrevistados

Nome	Identidade de Gênero	Orientação Sexual	Idade
Entrevistado A	Homem Cisgênero	Homossexual	21
Entrevistado B	Homem Cisgênero	Homossexual	23
Entrevistada C	Travesti	Heterossexual	49
Entrevistado D	Homem Cisgênero	Homossexual	29
Entrevistada E	Mulher Transgênero	Bissexual	43
Entrevistado F	Homem Cisgênero	Homossexual	36

Elaboração: O autor, 2022.

Mapa 1 - Localização dos entrevistados e local de realização das entrevistas



Elaboração: O autor, 2022

Como expressam Brandão (1987) e Triviños (1987), as entrevistas semiestruturadas se apresentam como um procedimento metodológico em potencial, já que evidencia as experiências de cada sujeito, ressalta opiniões e ideias acerca de

determinados assuntos e contribui para a construção de um caminho, avaliação e compreensão sobre determinado tema.

Os resultados alcançados são produto da captação e junção entre teoria e evidências empíricas apresentados e selecionados segundo o objetivo e questão central determinada. As análises dos resultados foram realizadas a partir da relação teórica-metodológica e empírico-prática, sendo obtidas várias fontes quantitativas e qualitativas tais como os bancos de dados, trabalhos acadêmicos e fontes orais, bem como as contribuições através das discussões realizadas com os movimentos socioterritoriais e com a rede de pensamento que envolve a pesquisa (FREITAS; JANISSEK-MUNIZ, 2009).

O CORPO COMO TERRITÓRIO

Para Aguião (2016), Benevides (2018) e Preciado (2017), a heterossexualidade e a cisnormatividade é imposta a homens e mulheres na tentativa de controlar os seus corpos e vidas resultando na violação de direitos básicos, já que diferentes pessoas são impedidas de exercerem sua plena sexualidade e liberdade. As práticas sociais densas de espacialidade, isto é, as práticas espaciais destes sujeitos, revela o medo contido a partir de diferentes imposições, ocupam, disputam e produzem o campo e a cidade a partir das relações dialógicas estabelecidas por meio de suas práticas sexuais e comportamentais.

O corpo é político e um território em disputa a partir dos vários marcadores sociais imbricados em relações de poder, assim, o "estabelecimento dessa mesma conduta social conta com o suporte de uma série de instituições e se traduz na perseguição e no combate à diversidade sexual e de gênero" (ASSUNÇÃO, 2018, p. 55).

Foucault (1988) demonstra que no Ocidente se formou uma ciência sexual que produziu discursos de verdade sobre a sexualidade. Foucault (2001) compreende a sexualidade enquanto uma *"tecnologia de poder"*, o discurso em torno da sexualidade passa a exercer um poder sobrepujante e posicionar a heterossexualidade como padrão de normalidade, essa reflexão se inicia quando o autor ministra o curso "*Os anormais* no *Collège de France"* em 1974 e 1975, naquele momento Foucault (2001) construiu uma nova proposta por meio da abordagem da medicalização tratando inicialmente da sexualidade enquanto dispositivo e representação.

Para Preciado (2017), o contrato contrassexual possibilita que os corpos reconheçam outros como territórios falantes e não meramente como homens e mulheres desde uma perspectiva binária, dessa forma, a pluralidade de práticas espaciais e possibilidades existem e são reconhecidas. A contrassexualidade, produz material e entendimento a partir de Michel Foucault que apontou que a forma mais eficaz de resistência não é a luta contra a proibição, mas sim, contra a produção de formas de *prazer-saber*, nesse sentido, "as práticas contrassexuais devem ser compreendidas como tecnologias de resistência, dito de outra maneira, como formas de contradisciplina sexual" (PRECIADO, 2017, p. 22).

Acetta (2016), Barbosa (2010), Aguião (2016), Amaral (2014), Louro (2002; 2020), Ornat (2008; 2008a), Butler (2003) Bianor (2017) e Costa e Bernardes (2013), realizam um conjunto de discussões que permite entender a sexualidade não como um resultado unicamente biológico, mas, erigida a partir dos intercâmbios, relações, interações sociais, culturais e políticas, que se dão cotidianamente nos diferentes espaços e territórios ocupados por estes sujeitos.

Marglin (1980), Hirata (1995; 2010; 2015), Hirata e Kergoat (2007) e Saffioti (1976; 2005) destacam a divisão social e sexual do trabalho como estruturas marcantes dessa imposição, ocorrendo a diferenciação e atribuição de atividades específicas para homens e mulheres, injunção construída a partir de valores e parâmetros socialmente referenciados.

Dessa forma, a sexualidade humana e o corpo desses sujeitos são construídos socialmente, destarte, pode-se partir de uma discussão acerca das imposições sexuais e de gênero direcionadas aos sujeitos, bem como as respostas que os movimentos socioespaciais e socioterritoriais, coletivos, instituições e sujeitos organizados, ou não, constroem nesse contexto dialético, conflituoso e paradoxal.

Silva (2008), Silva e Ferreira (2017), Daniliauskas (2011) e Ornat (2008) entendem a binariedade, heteronormatividade e a cisnormatividade como imposições que naturalizam e tornam obrigatória a sexualidade vivida a partir dos seus imperativos e regras, tudo que foge do padrão e da norma é atacado de diferentes maneiras e intensidades. A violência tem início na consciência desses sujeitos que passam a exercer a binariedade entre o ser homem e ser mulher, impondo parâmetros de comportamento,

performance e vida (BUTLER, 2011), além de excluir qualquer outra possibilidade que esteja à margem do binário, da cisnormatividade e heterossexualidade (LANZ, 2014).

A política de Estado dotada de elementos contraditórios e conflitivos em torno dos temas da diversidade sexual e de gênero, exibem um dispositivo de controle e de poder sobre os corpos e as sexualidades. Assim, os grupos conservadores constroem uma narrativa superficial e frágil em torno da diversidade existente e "colocam o corpo e a sexualidade em cena de modo extremamente conservador, combatendo todas as interpretações sociológicas, antropológicas e filosóficas do corpo" (CESAR; DUARTE, 2017, p. 144).

Os temas referentes ao gênero, a sexualidade e às diversidades em diferentes escalas, estão no centro de um debate que parece infindável, polêmico e minado: de um lado avançam as discussões em torno da multiplicidade de sujeitos e maneiras de experienciar suas sexualidades, do outro lado vê-se um retrocesso e uma tentativa de (re)naturalizar o corpo, sexo e o desejo.

O artigo desenvolvido por Campos e Silva (2020) contribui significativamente para a discussão do corpo enquanto espaço geográfico a partir da análise dos casos de mulheres vítimas de violência sexual, demonstram que as mulheres ao relembrarem da violência inseriam elementos e construíam suas narrativas muito próximas de seus corpos, assim, ao invés de focalizarem no espaço onde ocorreu a violência (casa, praça, espaço público, etc.), davam maior centralidade para o corpo violado.

Campos e Silva (2020) evidenciam que "o corpo, trazido nas narrativas femininas como espaços íntimos, poderiam ser alicerçados na ciência geográfica". O corpo não deve somente ser entendido como um produtor de espaço material, mas também, como um espaço em si, que é vital, móvel e relacional (pois interage com os diferentes espaços e territórios, bem como com outros corpos). Este mesmo espaço também pode ser lido e interpretado desde o conflito e da disputa, seja pelos sujeitos, movimentos ou instituições.

A desconstrução da ideia do sujeito sem gênero, sexo, desejo, rosto, idade, entre outros recortes, possibilitou o surgimento de uma potente vertente na geografia, capaz de construir teorias, análises e leituras a partir do corpo que é generificado, sexualizado e racializado, esses recortes fazem parte das relações, portanto, são

extracorpóreos, já que extrapolam os limites do corpo e impactam as relações humanas e a produção de espaços e territórios.

A noção do conceito e categoria de gênero é compreendida a partir das interações e relações estabelecidas entre os sujeitos e o mundo composto de heterogeneidades e especificidades espaciais, territoriais, culturais e políticas. Para Butler (2003), gênero não algo dado ou fixo, mas sim, um conjunto de informações que se relacionam com o corpo e com o espaço produzindo significados e conflitualidades que dão sentido e atribuem valores específicos para determinadas práticas, comportamentos e *performances*.

Beauvoir (2000) em seu livro "segundo sexo" foi uma das primeiras autoras a questionar a concepção construída em torno dos sujeitos como universais e neutros, ela argumentou que no mundo social existem aquelas pessoas que ocupam uma posição "não específica", que não possuem marcações (sexual, racial, religiosa), portanto, são posições presumidamente universais, entretanto, ao mesmo tempo existem aqueles sujeitos que são marcados pela sua diferença, é como se estivessem presos a determinadas especificidades que os posicionam como o outro/diferente. Já Scott (1994) enseja um debate importante acerca das categorias e das marcações ou marcadores sociais designados a determinados sujeitos, o surgimento de uma análise a partir de um outro ângulo, isto é, que incluísse as próprias categorias como classe, trabalhador, cidadão, homem e mulher, possibilitou o surgimento das teorias de gênero.

Este corpo que possui gênero, cor, idade, sexualidade, etc. é analisado na geografia a partir de sua materialidade, assim, "as características corporais como tamanho, a forma, a saúde, a aparência, a vestimenta, o comportamento, a sexualidade fazem diferença nas experiências espaciais das pessoas e também afetam como nós interpretamos e somos interpretados" (CAMPOS; SILVA, 2020, p. 105).

> Os corpos são capazes de criar as condições de sua existência cotidiana, de reproduzir outros corpos e vivenciar estágios corporais como a juventude, velhice, saúde, doença e deficiência que instituem, por sua vez, distintas espacialidades. Portanto, o corpo é móvel, fluido e sua materialidade está eternamente em negociação com a exterioridade. (CAMPOS; SILVA, 2020, p. 106).

Os corpos são compreendidos por Pile (1996) como um espaço que negocia com outras escalas, assim, podem sofrer processos de territorialização, desterritorialização e reterritorialização (TDR). As diferentes normas circunscritas nos espaços (heteronormatividade, heterossexismo, cisnormatividade, etc.) agem e impactam

incessantemente os corpos que margeiam essas estruturas e sistemas (os corpos de LGBTQIA+ por exemplo), essa relação não é passiva tendo em vista que ocorre uma disputa, ainda que simbólica e imaterial.

Pode-se, assim, ampliar o grupo ou sujeitos sociais analisados e tornar inteligível que a violência também impacta lésbicas, gays, bissexuais, travestis, transgêneros, *queer*, intersexuais, assexuais e pansexuais, dada violência se territorializa nesses diferentes corpos sob diferentes intensidades e maneiras (EFREM FILHO, 2016; 2017; 2018).

O conceito de território adotado neste artigo, por sua vez, como expressa Fernandes (2012), Saquet (2009), Raffestin (1993) Haesbaert (2004) e Gonçalves (2001), ainda que hajam diferenças entre essas concepções, se forma a partir do espaço, é o resultado de uma ação conduzida por um sujeito sintagmático (aquele que realiza um programa) em qualquer nível, é definido como um sistema de ações e sistema de objetos, os territórios se movimentam, se transformam e se fixam sobre o espaço geográfico, as relações e as conflitualidades estabelecidas de acordo com as intencionalidades dos sujeitos revelam as suas territorialidades e, posicionam o espaço como um a *priori* e o território a *posteriori*, o espaço é perene e o território intermitente, o espaço é a essência necessária para a produção das relações, o território, por sua vez, é disputado, tem-se o conflito e a altercação.

O artigo desenvolvido por Fernandes (2009) contribui significativamente para a compreensão das tipologias de territórios, bem como as conflitualidades e os processos relacionais que se dão em diferentes escalas, dada leitura auxilia na compreensão pretendida em torno do corpo como território.

Fernandes (2009) ressalta que o estudo sobre a diversidade de territórios não é algo novo no campo da ciência geográfica, assim, pode-se tomar esses estudos como referências, além de estabelecer uma íntima correlação com a diversidade territorial que produz a multiterritorialidade.

> O território é uma das categorias de análise da Geografia e recentemente tornou-se um conceito muito utilizado por diversas ciências que se ocupam dos processos de produção do espaço. Essa diversidade promoveu compreensões e significações imputadas ao conceito de território de acordo com as intencionalidades dos sujeitos. A relevância que o território tem recebido levanta questões se o conceito virou moda, se é mais um *fashion concept*. (FERNANDES, 2009, p. 196)

Discutir sobre a transformação do território enquanto um *fachion concept* não é o nosso objetivo, entretanto, é sempre importante dizer de que território se fala e a partir dessa elucidação estabelecer correlações com as experiências territoriais dos sujeitos entrevistados durante a pesquisa. Assim, como aponta Santos (2002), o território é o lugar em que as relações se dão e se estabelecem, se manifestam também os poderes, os saberes, as paixões, as forças, fraquezas, ou seja, onde os sujeitos então manifestam suas existências, nesse sentido, "a geografia passa a ser aquela disciplina mais capaz de mostrar os dramas do mundo, da nação, do lugar" (SANTOS, 2002, p. 9).

Os territórios também são entendidos como espaços de governança, sendo possível observar nas falas dos sujeitos uma realidade e relação inseparável, o corpo de pessoas LGBTQIA+, não somente ocupam os espaços, como também transformam os espaços em territórios e o seu corpo como território. Para algumas dessas pessoas, governar e gerenciar o seu corpo é sinônimo de plenitude, já que muitas delas foram constantemente violadas pelas suas famílias, pelo sistema educacional, pelo sistema prisional, pelo sistema de saúde pública, etc.

> O território é utilizado como conceito central na implantação de políticas públicas e privadas, nos campos, nas cidades e nas florestas, promovidas pelas transnacionais, governos e movimentos socioterritoriais. Essas políticas formam diferentes modelos de desenvolvimento que causam impactos socioterritoriais e criam formas de resistências, produzindo constantes conflitualidades. Neste contexto, tanto o conceito de território, quanto os territórios, passam a ser disputados. Temos, então, disputas territoriais nos planos material e imaterial. (FERNANDES, 2009, p. 198).

É importante delimitarmos que a utilização do conceito de território como espaço de governança em diferentes escalas (transnacional) e, portanto, transterritorial, não está sendo descartada deste trabalho, mas como aponta Fernandes (2009, p. 199), "partimos do território como espaço de governança, mas reconhecemos outros tipos de territórios, fixos e fluxos, materiais e imateriais, formados pelas diferentes relações sociais e classes sociais".

As disputas territoriais acontecem em diferentes escalas, aqui são retratadas a partir da escala da luta e organização política e social dos sujeitos que compõem os movimentos socioespaciais e socioterritoriais, assim, o conceito de território é entendido como uma totalidade e multidimensional, em que suas conflitualidades se estabelecem no território material (o corpo como território) e também imaterial (as conflitualidades em torno da ideologização do corpo generificado e sexualizado).

Os tipos de territórios, ideia construída por Fernandes (2009) e potencializada por outros autores como Ceceña (2007) e Palau (2007), evidenciam a necessidade de se pensar os territórios para além dos espaços de governança, afinal, nesta leitura, o corpo também seria um espaço de governança. Assim, amplia-se as possibilidades e se redimensiona a escala das conflitualidades e disputas, principalmente, a partir da ideia do corpo com território.

Os sujeitos sociais disputam e, portanto, produzem os seus próprios territórios, assim, a desterritorialização significa a destruição do próprio sujeito. Quando uma travesti brada um grito e diz que seu corpo é seu território, o que ela está querendo nos dizer, senão que a sua existência depende da existência do seu corpo tal como ele é.

O CORPO AINDA EM QUESTÃO: AS GEOGRAFIAS QUE SE FAZEM A PARTIR DAS HISTÓRIAS, SUBJETIVIDADES E IDENTIDADES

Foram realizadas entrevistas semiestruturadas, com sujeitos de diferentes cidades do Estado de São Paulo, que possuem diferentes ocupações e experiências com a causa e a luta LGBTQIA+, dessa maneira, foram alcançados importantes resultados que somente foram atingidos graças a dedicação e contribuição dos sujeitos que participaram da pesquisa, bem como ao apoio e trabalho coletivo.

Durante esse tópico, será construída uma redação que melhor exprima as opiniões e as considerações durante a aplicação das entrevistas semiestruturadas, dessa forma, os relatos convergem em alguns momentos e em outros se distanciam, tornando esta construção e leitura sobre os temas ainda mais rica.

O entrevistado A é um homem branco, cisgênero, homossexual, integrante do Grupo SOMOS LGBTI+ de Presidente Prudente – SP e um dos organizadores da Parada LGBT da cidade do ano de dois mil e dezenove, construída a partir do tema “se a nossa existência te incomoda o problema está em você, SOMOS contra a LGBTfobia”. Além de participante ativo das lutas e causas LGBT do município, também integra um coletivo de discussão e produção científica reconhecido como Laboratório de Geografia e Biogeografia onde realiza uma pesquisa sobre corpo e saúde LGBT.

Um dos elementos mais difíceis de ser homossexual para o entrevistado A é passar por momentos de extrema dificuldade em silêncio, falar sobre o primeiro beijo, sobre a primeira relação ou sobre qualquer outra forma de afetividade quando se é LGBT é um verdadeiro ato de coragem, ultrapassar esta etapa e revelar de fato a sua identidade é um processo extremamente difícil dependendo de onde se está. Ele revela que sempre passou por essas etapas de conhecimento, reconhecimento e aceitação sozinho, vivenciou e suportou esses momentos em silêncio, pela falta de oportunidade e de espaço para falar de temas relacionados à sexualidade.

A sexualidade dos sujeitos, envolve como aponta Louro (2020, p. 90) "geração, raça, nacionalidade, religião, classe, etnia ". Todas essas esferas em constante dialogo e relação, moldam os sujeitos, construindo a partir de suas vivências e experiências espaciais, diferentes formas de enxergar e apreender o mundo que lhes é apresentado.

Sobre a construção de espaços menos desiguais e violentos, pergunto sobre a opinião dele em relação às políticas públicas e os instrumentos de combate à violência e ao preconceito vividos pela população LGBTQIA+ brasileira. O entrevistado relata e faz uma retrospectiva através das políticas públicas criadas, sobretudo, durante o governo Lula, ressalta os avanços na área da saúde e acredita que as políticas poderiam ser potencializadas através de uma atuação em rede efetivada entre os municípios, estados e regiões.

O entrevistado B é homem branco, cisgênero, homossexual, candomblecista, morador da cidade de Paraguaçu Paulista – SP no interior de São Paulo que possuí em torno de 44 mil habitantes, sua história pode ser cruzada com dezenas de outras histórias de luta e busca pela construção de espaços mais diversos.

Diferentemente de muitos lares, o entrevistado B teve um processo de reconhecimento e aceitação mais tranquilo do que boa parte dos LGBTQIA+ brasileiros, sua família o aceitou e acolheu a sua orientação sexual, essa atitude possibilita uma melhor experiência e suporte em um dos momentos primordiais, o momento de assumir e tornar legítimo quem de fato se é. É importante observar que as disputas e os embates travados nos corpos desses sujeitos acontecem de diferentes formas e intensidades, em relação ao entrevistado B, mesmo sua família o aceitando ele vivenciou problemas no mercado de trabalho e em espaços de socialização e lazer.

A entrevistada C é branca, travesti, heterossexual, candomblecista, tem 49 anos de idade e residente da cidade de São Joaquim da Barra – SP que possui aproximadamente 50 mil habitantes. A sua história possui uma série de informações relevantes para a construção em torno das ações dos movimentos, sobretudo, a Parada LGBTQIA+ de São Joaquim da Barra - SP, já que participa ativamente na construção dessas ações e é posicionada como uma das principais lideranças.

A entrevistada C nos conta sobre o seu processo de reconhecimento e aceitação, relata que o seu gênero biológico é tido como masculino, mas sempre se comportou e reconheceu com o gênero feminino, isto é, sempre apresentou um comportamento e uma *performance* feminina. A partir dos 12 anos de idade parou de cortar os cabelos, aos 14 anos começou a trabalhar para comprar suas roupas femininas, seus pais sempre tentaram impor roupas masculinas na tentativa de forçar um comportamento masculino, mas ela sempre se identificou como uma criança travesti, portanto, adotava um comportamento compatível com a sua identidade de gênero.

Fica explícito a partir da fala da entrevistada C como os sistemas de regulação atuam sobre o seu corpo (território), objetivando desterritorializar a sua representação e vontade. Entende-se por sistemas de regulação da sexualidade, a educação, religião, cultura, economia, família, todos, desempenham papéis essenciais na construção dos arranjos da sexualidade. Portanto, a sexualidade deve ser compreendida como um fenômeno social, político, cultural, etc. que se constrói a partir das relações e das trocas desempenhadas entre o ser (território) e os espaços ditos anteriormente.

O entrevistado D é um homem cisgênero, tem 29 anos, homossexual, casado, morador de Araçatuba – SP, que possui uma população de aproximadamente 180 mil pessoas, é presidente da AGENDDA (Associação, Gênero, Diversidade, Direitos e Afetividade) de Araçatuba – SP. Ele acredita que ser *gay* é ser resiliente, ser corajoso e ter capacidade para suportar situações adversas que cobram um posicionamento mais firme, a construção de sua sexualidade e do seu comportamento perpassa, portanto, vários processos em que teve que se colocar e assumir uma opinião irredutível.

Quando o entrevistado D foi expulso de casa só recebeu apoio de sua ex-cunhada que o abrigou e o acolheu durante o tempo necessário para se estabilizar e procurar outros caminhos, ele recorda desse momento com muita gratidão e afeto, principalmente, por ter sido a única pessoa a aceitar naquele momento a sua sexualidade.

Fica explícito na fala do entrevistado que a sua sexualidade por não agradar os seus familiares e as pessoas mais próximas provocou uma série de conflitos e embates, todos eles são acionados a partir do momento que expressa e assume um comportamento sexual e afetivo diferente daquele prescrito durante toda a sua vida (heterossexualidade).

A entrevistada E é uma mulher transexual, branca, bissexual, solteira, católica, tem 43 anos e reside no município de Presidente Prudente – SP. Ativista pelo movimento LGBTQIA+ de Presidente Prudente – SP, ativista pela causa dos animais e pelas pessoas com deficiência, compreende que ser LGBTQIA+ é ser uma pessoa "especial" no sentido das percepções e da sensibilidade. Relata que o seu processo de conhecimento e transição foi um pouco complicado, ressalta que não foi aceita pelos seus pais, já que ela saiu de casa *performando* o gênero masculino e voltou com características entendidas socialmente como femininas.

Em relação as dificuldades enfrentadas no dia a dia pela sua identidade de gênero e orientação sexual, relata que a maior dificuldade sentida desde que realizou o processo de transição e se aceitou, foi de estabelecer relações afetivas, de encontrar alguém, entende que o seu caso é ainda mais complicado e agravado pela deficiência visual, ressalta que as pessoas ainda possuem muitas dificuldades em assumir um relacionamento fixo com uma pessoa trans, relembra também os problemas de âmbito acadêmico, do trabalho, da família, etc.

> **P: Você se sente limitado(a) com relação ao uso/utilização dos espaços na cidade por conta da sua identidade de gênero ou orientação sexual, se sim, quais espaços?**
> **E:** Olha eu procuro não fazer, não aplicar esse tipo de olhar para que ele realmente não me limite, eu procuro me olhar como uma pessoa que tem os mesmo direitos de uma pessoa cisgênero e que eu posso ocupar todos os lugares e aí eu acho que, é claro que no cenário geral para as pessoas trans todas o espaço é bem reduzido, eu acho que o que faz diferença toda nisso é a **"passibilidade**" né, se você tem uma passibilidade satisfatória, ou seja, **se você é uma trans que não aparenta ser trans** você vai ter um acesso muito mais livre nos espaços, se você é uma pessoa trans com características de transgêneros é a restrição é bem maior, então como eu tenho essa passibilidade bastante convincente eu sofro menos esse bloqueio que é direcionado para os transgêneros. (ENTREVISTADA E)

Raffestin (1993) compreende o território como frações do espaço apropriado por relações de poder, de modo que nessa apropriação o sujeito territorializa o espaço. Da mesma maneira, o corpo humano pode ser lido como espaço onde se criam relações de poder a partir de diferentes intencionalidades e possibilidades, ao mesmo tempo que o corpo é espaço também é território. "Se você é uma trans que não aparenta ser trans você

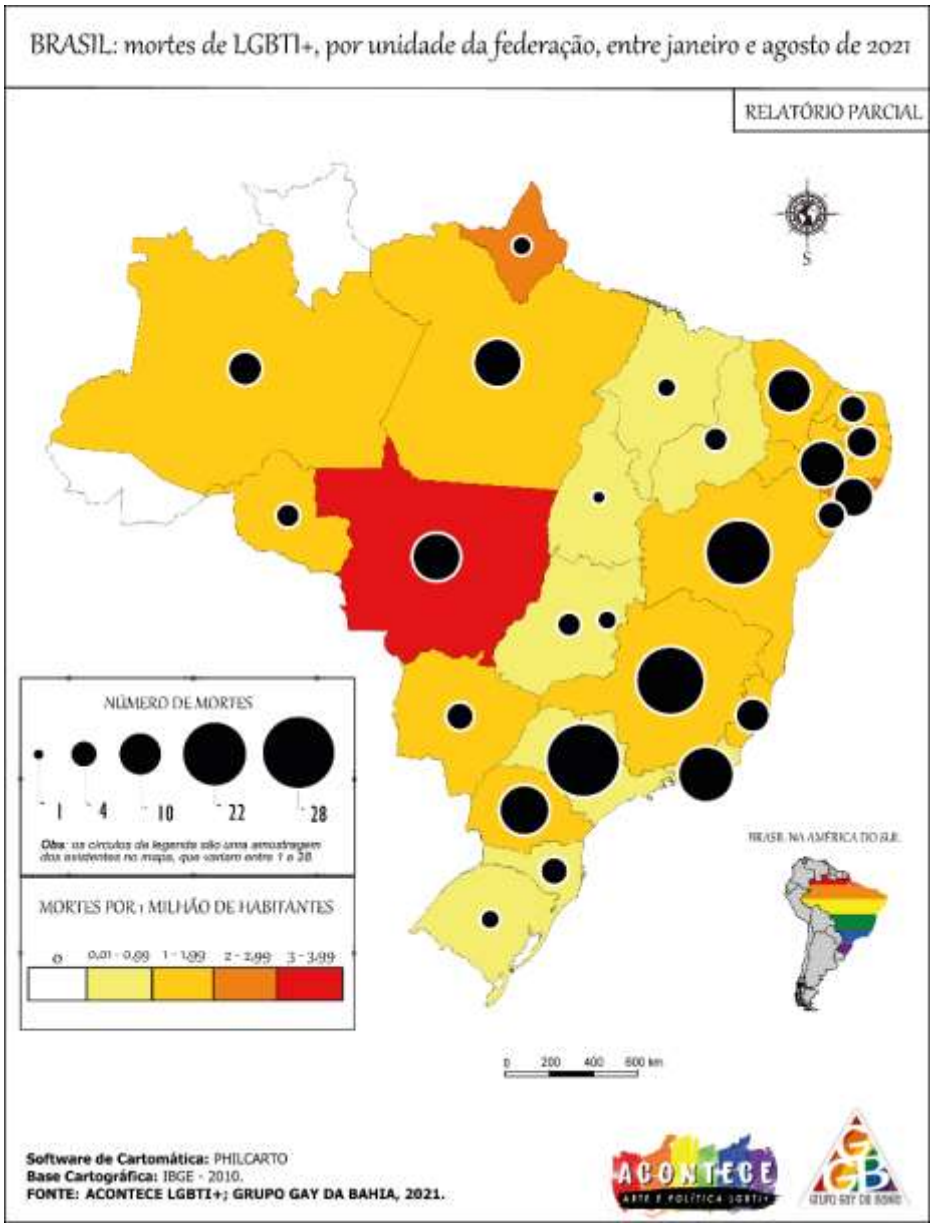
vai ter um acesso muito mais livre nos espaços", a fala da entrevistada E, relata de forma muito didática os conflitos estabelecidos no/pelo e através do corpo, a sociedade carregada de normas e padrões de comportamento e sexualidade tentam incessantemente territorializar cada item inserido na receita da cisnormatividade, da heterossexualidade e da binariedade, sendo assim, observa-se um verdadeiro embate, que em alguns casos pode culminar na morte desses sujeitos.

A *"passibilidade"* mencionada pela entrevista E, é a capacidade que uma pessoa tem de se passar ou *performar* o gênero que diz ter, entretanto, essa forma de conceber o gênero e a sexualidade é um tanto quanto problemática e pode ser entendida como uma violência, já que os parâmetros que avaliam esses corpos são baseados em valores heteronormativos, logo, a partir desta lógica, o corpo de uma mulher transgênero que mais se aproxima do corpo de uma mulher cisgênero será menos violado ou menos percebido ou entendido como um corpo dissidente e subversivo, o quadro contrário estabeleceria diferentes barreiras e imposições, principalmente, contidas no campo da violência e dos processos de violação que atingem em cheio a população de pessoas Trans (travestis, transexuais e transgêneros).

Esse contexto de morte e brutalização é bem representado pelo mapa 1, que demonstra que até agosto de 2021, as unidades da federação que apresentaram maior número de mortes foram São Paulo (28 casos), Minas Gerais (24 casos), Bahia (22 casos) e Rio de Janeiro (16 mortes), justamente os quatro estados mais populosos do Brasil. Na outra ponta, com menor quantidade de mortes, estão o Amapá, o Maranhão e o Rio Grande do Sul, com duas mortes cada, e o Tocantins, com apenas uma morte.

A violência que atinge a população LGBTQIA+ é marcada pela brutalização, são crimes que cruzam a fronteira do "inexplicável", isto é, são inexplicáveis os números de facadas, tiros, golpes, objetiva-se com a violência não somente retirar a vida dos sujeitos, mas destruir o que aquele corpo representa e carrega – Mapa 02.

Mapa 2 – Mortes de LGBTI+, por unidade da federação, entre jan-ago de 2021



Fonte: GASTALDI et al, 2021.
Organização: O autor, 2022.

O entrevistado F é um homem cisgênero, 52 anos, branco, solteiro, homossexual, católico, de nível superior e morador da cidade de Santo André – SP. Foi um dos primeiros participantes de uma das Paradas de grande expressão no país, a Parada LGBT de São Paulo – SP, além da Parada de São Paulo, ele se dedica na construção de outras Paradas em outras cidades, dando um enfoque para a Parada de Santo André – SP.

Durante a sua trajetória e o seu desenvolvimento pessoal o entrevistado F vai se entendendo como homossexual e os acontecimentos da vida o fazem se posicionar diante dessas dificuldades e circunstâncias. Ele reconhece dois principais momentos: o primeiro momento na juventude (anos 80) em que era muito difícil ser LGBT no Brasil, no entanto, já se reconhecia como tal, e o segundo momento é em 2004 quando de fato se assume a partir de um caso de brutal violência contra uma colega transgênero.

Se reconhecer e se aceitar faz parte de sua trajetória, mas a sua vida foi cercada de dezenas de conflitos e problemas que envolvem, principalmente, sua família e seus amigos. Não teve apoio de ninguém da sua família, constantemente sofria violências, sobretudo, espancamentos dentro e fora de casa, todas essas circunstâncias fizeram com que tomasse a atitude de sair de casa e viver sua vida de forma individual.

O entrevistado declara que não se sente limitado com relação a utilização dos espaços da cidade, no entanto, ressalta novamente que isso se dá pela sua capacidade de se passar por um homem heterossexual, "eu acabo quebrando paradigmas, aqui na cidade de Santo André – SP, você tem que estar a cada momento ocupando os espaços, para que pessoas LGBTs possam estar usufruindo dos espaços, teatros, exposições, etc." (ENTREVISTADO F, 2021).

> Eu fui espancado pela minha família a vida inteira de diversas formas, eu já cheguei a ser espancado na rua por um amigo que descobriu que eu era gay, aí ele me agrediu fisicamente, eu passei por situações hiper desagradáveis, já chegou ao ponto de eu estar com o namorado, com uma pessoa, e aí chegar a pessoa e botar a gente para fora, eu passei por situações de constrangimento quando eu estava com meu namorado, nós vivemos numa sociedade que não aceita você estar com uma pessoa do seu mesmo sexo, agora violência psicológica no meu trabalho eu acaba sofrendo constantemente, isso é constantemente, você tem que aguentar umas brincadeiras e em determinado momento você tem que se colocar e responder à altura, mas é muito complicado quando você se torna sozinho, você para de ter a visão de que você pode ter isso ou pode ter aquilo e o poder público não quer que você avança, não quer que você seja reconhecido, isso acaba te jogando de volta para o gueto né (ENTREVISTADO F, 2021).

A partir dessas falas e da construção deste artigo é possível observar que as profundas mudanças ocorridas nas últimas décadas através da consolidação de conquistas sociais representada pela constituição de 1988 e pelas conferências nacionais, possibilitaram uma aproximação cada vez mais potente e legítima com as desigualdades presentes em nosso país.

A atribuição a-histórica, binária e imutável que é dada ao sexo, constrói e alicerça um cenário em que o que somos não depende de nós, tampouco faz parte de um conjunto de símbolos e significados que sustentam ideias que não são naturais, mas socialmente construídas, dessa forma, "o ato de nomear o corpo acontece no interior da lógica que supõe o sexo como um "dado" anterior à cultura" (LOURO, 2020, p. 15).

A partir da construção de valores bem fixados e estrategicamente construídos, a sexualidade vai sendo produzida e reafirmada incessantemente, de forma hostil e sutil, o tempo todo ela é reafirmada, "meninos não se comportam assim", "meninas não sentam dessa forma", entre outras expressões que retratam a vigilância acompanhada da punição que regula, ao mesmo tempo que proíbe que aquele corpo se distancie do tido como "normal".

Os territórios estão contidos nos espaços, logo, todo movimento socioterritorial é também socioespacial, todos corpos ocupam uma dimensão espacial da realidade, como também atuam de forma política na defesa de seus corpos, assumindo-os como territórios particulares. A partir do exposto, pode-se compreender o corpo como um importante componente do espaço geográfico, que numa apresentação carregada de símbolos e significados, modifica e é modificado pelas relações espaciais desempenhadas pelas dinâmicas e práticas espaciais. Como aponta Barbosa (2010, p. 70) "os corpos são interpretados a partir de uma aparente naturalização que se objetiva de inúmeras formas, produzindo uma ordem que institui o mundo social". As experiências espaciais desempenhadas por corpos contra-heteronormativos são permeadas pela violência indireta e direta, que pune e fere a integridade daquele corpo.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este artigo dedicou-se a discussão em torno do corpo a partir da utilização e aplicação do conceito de território, utilizando-se de diferentes leituras, foi estabelecido uma compreensão do corpo como uma escala geográfica de atuação política, mas também ora como espaço (socioespacial), ora como território (socioterritorial), exercendo o que Fernandes (2012) trabalha em sua leitura feita a partir desses conceitos.

O corpo, como apresentado por Silva e Ferreira (2017), é biológico e social, onde se materializam um conjunto de sentimentos e emoções. Ele é um instrumento que

sente os espaços, por ele entramos, os reflexos do nosso pensamento podem ser percebidos em nossos corpos.

O que constrói os corpos? A casa, a escola, a universidade, a igreja, a rua, etc. São espaços onde existem testamentos e tratados contendo normas e regras que ditam a forma, o conteúdo e a intensidade das relações e que relações devem e podem ser percebidas e estabelecidas ali. Evidentemente, fala-se de um espaço marcado por normas heterossexuais, patriarcais e brancas.

Alves (2010), expressa de forma muito relevante o papel dos instrumentos de saúde representados pelos serviços e a relação que estes estabelecem com a produção do espaço urbano, já que em alguns casos podem determinar diferenças espaciais, além de mudanças na circulação de diferentes corpos.

Através da discussão realizada pela frase "nosso corpo nos pertence" proferida por mulheres feministas, Alves (2010) inicia um debate em torno da geografia e da escala do corpo. A partir das mulheres que realizaram o procedimento cirúrgico da mastectomia, a autora explora as diferentes relações territoriais que as mulheres desempenham em relação aos seus corpos antes e depois da cirurgia, logo, Alves (2010, p. 70) expressa ser possível a partir do exposto que "a análise das marcas do corpo tanto do ponto de vista material quanto subjetiva", além da dimensão espacial que é estabelecida pelos corpos.

É evidente, portanto, que o corpo possui uma característica intrinsecamente biológica, no entanto, ressalta-se que este mesmo corpo é capaz de se transformar ou ser transformado por processos históricos, sociais, culturais e geográficos, materiais e imateriais, dotados de escala, de relação, de composicionalidade, elementos presentes na totalidade do espaço, "assim, o corpo humano é um projeto inacabado, que a cada instante nos transforma em outro" (ALVES, 2010, p. 71).

Um outro elemento importante e que surge no debate estabelecido por Alves (2010), é de que o corpo necessita ser pensado além da temática que há tempos vem sendo tratada, isto é, da sexualidade, ele deve assumir a posição de lócus da ação política, um produto da ação social, um conjunto de práticas que atuam na esfera do poder, que atuam em disputa espacial e territorial constante.

Fica explícito para Lima (2015) a possibilidade de ler e interpretar a partir de um olhar geográfico as relações corpóreas-espaciais, isto é, quais corpos ocupam

determinados espaços, pelo que lutam, o que provocam a partir do abalamento de algumas estruturas (sejam elas materiais ou ideológicas), entre outras questões que servem para dar subsídio a uma leitura tão marginalizada e evitada.

Assim, a capacidade do corpo de compreender o espaço em sua totalidade vai se dando e estabelecendo a partir da experimentação entre corpo, espaço e território, dessa forma, antes do espaço ser um objeto concreto e total, é o modo de ser do próprio corpo como sujeito da percepção.

O corpo é entendido como um território de subversão onde se produz a ruptura da cisnormatividade e heteronormatividade, modelos e estruturas que predominam na sociedade atual. A imposição de gêneros e corpos geram impedimentos no que se refere a efetivação de políticas públicas que visam assegurar os direitos aos sujeitos pertencentes a comunidade LGBTQIA+, postos constantemente à margem da sociedade, ou melhor, fora da margem. Em contrapartida, mesmo diante dessas dificuldades, as políticas asseguradas para essa população traduzem o reconhecimento de que a identidade de gênero e a orientação sexual são condicionantes sociais que condicionam uma série de situações, o corpo é, sem dúvida, um território em disputa.

REFERÊNCIAS

ACETTA, M. F. F. **GÊNERO, SEXUALIDADE E PRÁTICAS DISCURSIVAS**: ESCOLA, POLÍTICAS PÚBLICAS E PRODUÇÃO DE SUBJETIVIDADE. 2016. 96f. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2016.

AGUIAO, S. "Não somos um simples conjunto de letrinhas": disputas internas e (re)arranjos da política "LGBT". **Cad. Pagu [online].** n. 46, p. 279-310, 2016.

ASSUNÇÃO, I. Heterossexismo, patriarcado e diversidade sexual. In: NOGUEIRA, L. et al (Org.). **Hasteemos a bandeira colorida**: diversidade sexual e de gênero no Brasil. 1. ed. São Paulo: Expressão Popular, p. 55-85, 2018.

AMARAL, J. G. **LUTAS POR RECONHECIMENTO E HETERONORMATIVIDADE NAS UNIVERSIDADES**, um estudo sobre os coletivos Universitários de Diversidade

Sexual do Brasil. 2014. 200 f. Dissertação (Mestrado em Ciência Política) – Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2014.

ALVES, N. C. **A cidade inscrita no meu corpo**: gênero e saúde em Presidente Prudente - SP. 2010, 94 f. Dissertação (Mestrado) - Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho", Faculdade de Ciências e tecnologia (Campus Presidente Prudente), 2010.

BENEVIDES, B. G; LEE, D. Por uma Epistemologia das Resistências: Apresentando Saberes de Travestis, Transexuais e Demais Pessoas Trans. **Revista Latino Americana de Geografia e Gênero**, v. 9, n. 2, p. 252-255, 2018.

BUTLER, J. **Problemas de gênero**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

_____. **Bodies that matter**. On the Discursive Limits of "Sex". New York: Routledge, 2011.

BIANOR, M. O. **Reconhecimento das identidades de gênero sob uma perspectiva de direitos humanos:** um ensaio sobre as identidades trans. 2017. 168 f. Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2017.

BEAUVOIR, S. **O segundo sexo**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, v. 1, 2000.

BARBOSA, B. C. **Nomes e diferenças**: uma etnografia dos usos das categorias travesti e transexual. 2010. 130 f. Dissertação (Mestrado). Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, 2010.

BRANDÃO, C. R. **Repensando a pesquisa participante**. São Paulo: Brasiliense, 1987.

CAMPOS, J. F. S.; FERNANDES, B. M. Territórios paradigmáticos na construção do pensamento geográfico agrário brasileiro. **Terra Livre**, v. 1, p. 163-189, 2019.

COSTA, B. P; BERNARDES, A. Microterritorializações homoafetivas na cidade de Presidente Prudente-SP: O LAZER NOTURNO E AS RELAÇÕES DE INTERFACE. **Cidades** (Presidente Prudente), v. 10, p. 30, 2013.

CESAR, M. R. A; DUARTE, A. M. Governamento e pânico moral: corpo, gênero e diversidade sexual em tempos sombrios. **Educ. rev**., Curitiba, n. 66, p. 141-155, Dec. 2017.

CAMPOS, M. P; SILVA, J. M. "Teu corpo é o espaço mais teu possível": Construindo a análise do corpo como espaço geográfico. **ANPEGE [online].** v. 16, n.31, p.101-114, 2020.

CECEÑA, A. E; AGUILAR, P; MOTTO, C. Territorialidad de la dominación: la integración de la infraestructura regional sudamericana (IIRSA). Buenos Aires: **Observatório Latinoamericano de Geopolítica**, 2007.

DANILIAUSKAS, M. **Relações de gênero, diversidade sexual e políticas públicas de educação:** uma análise do programa Brasil Sem Homofobia. 2011. 161 f. Dissertação (Mestrado) - Faculdade da Educação. Universidade de São Paulo, São Paulo, 2011.

EFREM FILHO, R. Corpos brutalizados: conflitos e materializações nas mortes de LGBT. **CADERNOS PAGU**, v. 46, p. 311-340, 2016.

_____. The claim to violence: gender, sexuality and the construction of the victim. **CADERNOS PAGU**, v. 50, p. e175007-e175007, 2017.

_____. Os Meninos de Rosa: sobre vítimas e algozes, crime e violência. **CADERNOS PAGU**, p. e175106-e175106, 2018.

FERNANDES, B. M. A Ocupação como forma de acesso à terra. In: XXIII, **Congresso Internacional da Associação de Estudos Latino-Americanos**, 2001, Washington – DC, 2001.

_____. **Contribuição ao estudo do campesinato brasileiro**: Formação e territorialização do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra – MST 1979-1999. 1999. 326 f. Tese (Doutorado em Geografia) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1999.

_____. Entrando nos territórios do Território. In **Campesinato e territórios em disputa.** PAULINO, Eliane Tomiase; FABRINI, João Edmilson. São Paulo. p. 273-301. Expressão Popular, 2008.

_____. Movimento social como categoria geográfica. **Terra Livre**, São Paulo, v. 15, p. 59-85, 2000.

_____. Movimentos Socioterritoriais e Movimentos socioespaciais: Contribuição teórica para uma leitura geográfica dos movimentos sociais. Ed. Especial. São Paulo: **Revista NERA**, 2012. p. 07-17.

_____. Sobre a Tipologia de Territórios. In: Saquet, Marco Aurélio; Sposito, Eliseu Saverio. (Org.). **Territórios e territorialidades:** teorias, processos e conflitos. São Paulo: Expressão Popular, 2009.

_____. M. Peasant Movements in Latin America. **Oxford Research Encyclopedia of Politics.** 2020.

FERNANDES, B. M; WELCH, C. A. Contested landscapes: territorial conflicts and the production of different ruralities in Brazil". **Landscape Research**. V.44, 2019. p. 1-16.

SOBREITO FILHO, J. **CONTRIBUIÇÃO À CONSTRUÇÃO DE UMA TEORIA GEOGRÁFICA DOS MOVIMENTOS SOCIOESPACIAIS E CONTENTIOUS POLITICS**: PRODUÇÃO DO ESPAÇO, REDES E LÓGICA-RACIONALIDADE ESPAÇO-TEMPORAL NO BRASIL E ARGENTINA. Tese (Doutorado) – Universidade Estadual Paulista, Faculdade de Ciências e Tecnologia. Presidente Prudente, São Paulo, 2016. 440 f.

_____. Instrumentos teóricos para analisar os movimentos socioespaciais e a perspectiva geográfica: conflitualidade, contentious politics; terrains of resistance, socio-patial positionality e convergence spaces, **Revista Nera**, Ano 20, n. 39, p. 13-38, 2017.

FOUCAULT, M. **História da sexualidade** I: A vontade de saber. Rio de Janeiro: Graal, 2001.

_____. **História da Sexualidade II**: O uso dos prazeres. Tradução de Maria Thereza da Costa Albuquerque. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1998.

FREITAS, H; JANISSEK-MUNIZ, R. Análise quali ou quantitativa de dados textuais. **Revista Quali & Quanti**. 2009.

GASTALDI, A. B. et al. **Observatório de Mortes Violentas de LGBTI+ no Brasil 2020**. Florianópolis: Editora Acontece Arte e Política LGBTI, 2021.

GONÇALVES, C. W. P. **Geo-grafias:** movimientos sociales, nuevas territorialidades y sustentabilidad. México: Siglo Veintiuno, 2001.

HALVORSEN, S. FERNANDES, B. M. TORRES, D. 'Mobilising Territory: Socioterritorial movements in comparative perspective', **Annals of the American Association of Geographers**. p. 1454–1470, 2019.

HIRATA, H. Divisão, relações sociais de sexo e do trabalho: contribuição à discussão sobre o conceito de trabalho. **Em Aberto**, Brasília, ano 15, n.65, p.39-49, jan./mar. 1995.

_____. Mundialização, divisão sexual do trabalho e movimentos feministas transnacionais. **Revista Feminista**, Recife, n.2, 2010.

_____. Mudanças e permanências nas desigualdades de gênero: divisão sexual do trabalho numa perspectiva comparada. **Friedrich Ebert Stiftung,** Brasil, n.7, 2015.

HIRATA, H; KERGOAT, D. Novas configurações da divisão sexual do trabalho. **Cadernos de Pesquisa**, v.37, n.132, p.595-609, set./dez. 2007.

HAESBAERT, R. **O mito da desterritorialização**: do "fim dos territórios" à multiterritorialidade. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004.

LOURO, G. L. **Um corpo estranho:** ensaios sobre sexualidade e a teoria Queer. Belo Horizonte: Autêntica, 2020.

_____. Epistemologia feminista e teorização social – desafios, subversões e alianças. In: ADELMAN, Miriam; SILVESTRIN, Celsi Brönstrup. (Orgs). **Coletânea Gênero Plural**. Curitiba: Editora UFPR, 2002. p. 11-22.

LANZ, L. **O Corpo da roupa**: a pessoa transgênera entre a transgressão e a conformidade com as normas de gênero. Dissertação de mestrado. Universidade Federal do Paraná. Programa de Pós-graduação em Sociologia. 2014.

LIMA, E. L. A corporeidade como um recurso metodológico da geograficidade. **Revista de Geografia**, v. 5, p. 1-11, 2015.

MIZUSAKI, M. Y. Movimentos indígenas, geografia e marxismo na questão agrária brasileira: quando 'novos' personagens entram em cena. **REVISTA NERA** (UNESP), v. 20, p. 39-59, 2017

MARGLIN, S. A. Origem e funções do parcelamento das tarefas. Para que servem os patrões? In: GORZ, A. (Org.) **Crítica da Divisão do Trabalho**. São Paulo: Martins Fontes, 1980.

NASCIMENTO, E. C. do. **Movimentos sociais e instituições participativas**: efeitos organizacionais, relacionais e discursivos. 2012. 399 f. Tese (Ciência Política) - Universidade de São Paulo, São Paulo, 2012.

NICHOLSON, L. "Interpretando o gênero". **Revista Estudos Feministas**, v. 8, n. 2, p. 9- 41, 2000.

ORNAT, M. J. Sobre Espaço e Gênero, Sexualidade e Geografia Feminista. **Terr@ Plural** (UEPG. Impresso), v. 2, p. 309-322, 2008.

_____. **Territórios da prostituição e instituição do ser travesti em Ponta Grossa - PR**. 2008. 161 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) - Universidade Estadual de Ponta Grossa, Ponta Grossa, 2008.

PEDON, N. R; DALPERIO, L. C. A contribuição da abordagem socioterritorial à pesquisa geográfica sobre os movimentos sociais. In: VINHA, J. S. C; COCA, E. L; FERNANDES, B. M. (Org.). **DATALUTA**: questão agrária e coletivo de pensamento. 1ed.São Paulo: Outras Expressões, 2014, v. 1, p. 39-67.

PRECIADO, P. B. **Manifesto Contrassexual**. Políticas subversivas de identidade sexual. São Paulo: n-1 edições, 2017.

PILE, S. **The body and the city**: psychoanalysis, space and subjectivity. New York: Routledge, 1996.

PALAU, T. T. et al. **Los refugiados del modelo agroexportador**: impactos del monocultivo de soja en las comunidades campesinas paraguayas. Asunción: BASE: Investigaciones Sociales, 2007.

RAFFESTIN, C. **Por Uma Geografia do Poder**. São Paulo: Editora Ática, 1993.

SILVA, H. C. G. M. **Sobre lonas e lutas**: Analise da espacialização da luta pela terra do campo à cidade a partir das ações do MST e MTST na região de Campinas e Grande São Paulo (1997-2016). 2018. 143 f. Dissertação (Mestrado) – Universidade Estadual Paulista, Presidente Prudente, 2018.

SANT'ANNA, L. M. Rolezinhos: movimentos socioespaciais do cotidiano, **Revista Nera**, Ano 20, n. 39, p. 211-230, 2017.

SAFFIOTI, H. Gênero e Patriarcado. In: **Marcadas a ferro**. Violência contra a mulher, uma visão multidisciplinar. Brasília: Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres, 2005.

_____. **A mulher na sociedade de classes**: mito e realidade. Petrópolis: Vozes. 1976.

SILVA, J. M. A cidade dos corpos transgressores da heteronormatividade. **Geo UERJ**, Ano 10, n. 18, v. 1, 16 p. 2008.

SILVA, M. J; FERREIRA, E. Abordagens corporizadas: gênero, sexualidades e tecnologias. In: SILVA, J. M; ORNAT, M. J; JUNIOR, A. B. C. (Org.). **Diálogos ibero-latino-americanos sobre geografias feministas e das sexualidades**. Ponta Grossa: Toda palavra. p. 31-45, 2017.

SCOTT, J. W. Prefácio a gender and politics of history. **Cadernos Pagu**, n. 3 (Desacordos, desamores e diferenças), p. 11-27, 1994.

SAQUET, M. A. Por uma abordagem territorial. In. SAQUET, Aurélio Marcos; SPOSITO, Eliseu Savério. **Territórios e territorialidades**: teorias, processos e conflitos. São Paulo. p. 197-215. Expressão Popular, 2009.

_____. O dinheiro e o território. In: SANTOS, Milton; BECKER, Bertha; SILVA, Carlos Alberto Franco da; et al. **Território, territórios:** ensaios sobre o ordenamento territorial. Niterói: Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal Fluminense; Associação dos Geógrafos Brasileiros, 2002."

TRIVIÑOS, A. N. S. **Introdução à Pesquisa em Ciências Sociais**: a pesquisa qualitativa em educação. São Paulo: Atlas, 1987.

Recebido em março de 2021.

Revisão realizada em janeiro de 2022.

Aceito para publicação em maio de 2022.